

Congresso pode cassar deputado do Rio

Gustavo de Faria terá que explicar negócio de Búzios

BRASÍLIA — Envolvido em um escândalo de US\$ 10 milhões, o deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ), ex-presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), corre o risco de ter seu mandato suspenso e até mesmo cassado pelo próprio Congresso, fato inédito nos últimos 50 anos. A suspensão foi sugerida ontem à Mesa Diretora da Câmara pela deputada Dirce Tutu Quadros (PSDB-SP), que defendeu a instauração de uma Comissão Especial de Inquérito para apurar a utilização de recursos do instituto no financiamento irregular de casas de veraneio em Búzios, distrito de Cabo Frio, na Região dos Lagos fluminense.

A operação despertou forte reação contrária entre os parlamentares que, segundo um dos sete integrantes da Mesa, têm feito muitas pressões pela suspensão do mandato do deputado. "Nós temos é que cassar esse sujeito", disse ontem o deputado José Luiz Maia (PFL-PI) ao novo presidente do IPC, senador Ruy Bacelar (PMDB-BA). "Este é um problema que compete à Câmara resolver", respondeu o senador, adiantando: "O que couber ao IPC fazer não delegaremos a ninguém, pois o instituto não vai acobertar falcatrua de quem quer que seja."

Regimento — O presidente em exercício da Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira, propôs que as duas Casas do Legislativo tomem uma posição conjunta em relação à investigação e punição dos eventuais culpados. "O IPC é um órgão do Poder Legislativo e não da Câmara", justificou. A proposta de suspensão do mandato de Gustavo de Faria tem amparo no Regimento Interno da Câmara. O artigo 260 determina que o deputado que abusar das prerrogativas inerentes a seu mandato ou praticar ato que afete a dignidade está sujeito a censura, suspensão do mandato e perda do mandato. "A Mesa

tem agora a oportunidade imperdível de dar uma demonstração de probidade e altivez, aplicando o regimento", diz Tutu Quadros.

O deputado Gustavo de Faria depõe amanhã ao Conselho Deliberativo do IPC, ao qual explicará os atos de sua gestão, ao lado de seu vice, o senador Odacir Soares (PFL-RO) e do senador João Lobo (PFL-PI), ex-tesoureiro do instituto. "O grande prejudicado é o Congresso, pois não se pode admitir que não consigamos administrar com seriedade o único órgão executivo do parlamento", disse Ruy Bacelar, que assumiu a presidência do IPC há um mês.

Irregularidades — Até agora os dois auditores — um da Câmara e outro do Senado — encarregados de investigar os atos da administração Gustavo de Faria identificaram uma série de irregularidades. Em primeiro lugar, a aplicação de recursos do IPC foi feita sem o conhecimento do Conselho Deliberativo, como determinam as normas do instituto. Muitas operações foram realizadas sem ter nem mesmo a assinatura do tesoureiro, senador João Lobo. A compra de debêntures da Rural e Colonização S.A., que construiria as casas de veraneio em Búzios, ocorreu em uma operação triangular. Uma corretora comprou 850 debêntures, emitidas irregularmente por falta da autorização da Comissão de Valores Mobiliários. Esta empresa, a HP Corretora, comprou as debêntures por Cz\$ 1,38 bilhão e passou-as à corretora Fundasemg, que as revendeu, no mesmo dia ao IPC, por Cz\$ 4,3 bilhões.

"Estamos apurando com muita prudência, para não cometer injustiças, mas vamos até o fim e não seremos coniventes", afirma o senador Ruy Bacelar. Ele garante que o IPC não fugirá à responsabilidade de processar os envolvidos, "se for o caso", incluídos aí tanto o deputado quanto as empresas e bancos que movimentaram recursos do instituto (o Banco do Estado do Espírito Santo e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais) sem a necessária assinatura do tesoureiro da entidade.

Gustavo de Faria Dos IPMs aos cheques sem fundos

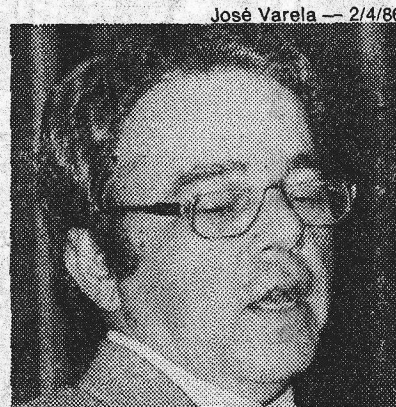
Bacharel em direito, empresário rural, capitão do Exército reformado pelo AI-5 — depois de ter sido figura importante nos IPMs instaurados pelo regime militar — e presidente da Editora Guavira, Paulo Gustavo Coutinho de Faria, 52 anos, elegeu-se deputado federal constituído pelo PMDB do Rio com 34.954 votos. Apoiou o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e a emenda que instituiu a pena de morte, proposta pelo deputado federal Amaral Neto (PDS-RJ).

Filho do general Gustavo de Faria, o deputado é sobrinho do também gene-

Umberto Modiano De vendedor de café a dono de hotel

Presidente da Rural e Colonização S.A., Umberto Modiano, é antes de tudo um vencedor de ações judiciais contra o governo, do qual conseguiu arrancar, em 87, uma indenização de US\$ 50 milhões (cerca de NCz\$ 120 milhões, ao câmbio paralelo atual): o Tribunal Federal de Recursos (TFR) reconheceu que o empresário foi prejudicado pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC) em operações de exportação. Modiano foi presidente da Ouro Fino, segunda exportadora de café do país.

As brigas judiciais foram muitas, sempre envolvendo medidas do IBC ou do Banco Central que Modiano considerou ilegais ou arbitrárias. O próprio empresário já perdeu a conta dos processos,



José Varela — 2/4/86

Deputado é militar reformado

ral Vicente de Paulo Dale Coutinho, ministro do Exército no governo Ernesto Geisel. No Rio, integra a corrente do PMDB conhecida como *nelista*, liderada pelo senador Nelson Carneiro, contrária ao governador Moreira Franco. Foi Nelson Carneiro, seu antecessor na presidência do Instituto da Previdência dos Congressistas, que apadrinhou sua candidatura para o cargo.



Luiz Morier — 4/10/87

Empresário fez até aeroporto

mas não se considera um "brigão", apenas um homem que luta por seus direitos: "Sou a maior prova de que a Justiça brasileira existe e de que os empresários não precisam ter medo de brigar pelos seus direitos."

No ano passado, o deputado retirou sua candidatura a coordenador da bancada federal do PMDB fluminense, reconhecendo ter emitido cheques sem fundos "em garantia a alguns negócios". Cópias dos cheques foram distribuídas pelo deputado Denisar Arneiro, seu colega de partido, que não negou a manobra para denegrir o correligionário. Integrante da Comissão de Economia, Indústria e Comércio e suplente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, em 1983, o deputado, segundo sua ficha de parlamentar, é advogado, escritor, empresário, editor, professor e jornalista, além de militar.

A ficha indica também que Gustavo de Faria passou pela High School Joan Darc, em Nova Iorque, e tem uma formação quase toda militar: Colégio Militar do Rio de Janeiro, Curso de Formação de Oficiais do Exército, Academia Militar das Agulhas Negras e especialização na Escola de Educação Física do Exército. O currículo escolar confirma sua condição de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Uerj.

Descendente de família italiana de origem judaica e nascido na França, Umberto Modiano chegou ao Brasil em 1947, com US\$ 400 no bolso, e foi trabalhar numa firma de exportação. Alguns anos mais tarde voltou à Europa, onde viveu dois meses com o dinheiro da venda de dois baús de café que havia levado na bagagem. Em 1950, trabalhava em firmas de representação de empresas europeias, ganhando a fabulosa cifra de US\$ 2 mil mensais de comissão, e casou com Liliane Alnati, com quem teve dois filhos: Eduardo — economista e um dos pais do Plano Cruzado — e Cláudio, arquiteto, autor do projeto do complexo turístico de Búzios.

Com uma vida de magnata, o empresário era um dos maiores exportadores de café, até ter problemas com o governo e a Ouro Fino. Hoje, retomou os negócios com o café, mas dedica-se mesmo aos seus negócios em Búzios onde investiu US\$ 10 milhões no Hotel nas Rocas (70 apartamentos na Ilha Rasa), numa marina, num aeroporto para receber jatos, num clube náutico, e em campos de pólo, golfe, tênis e saunas.